

02/08/2016

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 781.794 CEARÁ

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S)	: INGRID BARROS PINHO
ADV.(A/S)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. CANCELAMENTO DE MATRÍCULA SEM OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Luís Roberto Barroso, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 02 de agosto de 2016.

LUIZ FUX – RELATOR

Documento assinado digitalmente

02/08/2016

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 781.794 CEARÁ

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S)	: INGRID BARROS PINHO
ADV.(A/S)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de agravo regimental interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC), em 23/5/2014, contra decisão de minha relatoria, assim ementada:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. CANCELAMENTO DE MATRÍCULA SEM OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STF. PRECEDENTES.

1. O cancelamento de matrícula de estudante universitário deve ser precedido do devido processo legal, com observância dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. Precedentes: ARE 720.232, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 26/12/2012, e RE 392.611, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 14/9/2010.

2. In casu, o acórdão recorrido assentou: ‘CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. DESOBEDIÊNCIA A NORMA REGIMENTAL DA UNIVERSIDADE. NÃO EFETIVAÇÃO DE MATRÍCULA EM DISCIPLINA CURRICULAR SEM JUSTIFICATIVA DE FORÇA MAIOR. DESNECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.’

3. Agravo **PROVIDO** para, desde logo, **PROVER** o recurso extraordinário.”

ARE 781794 AGR / CE

Inconformada com a decisão *supra*, a agravante interpõe o recurso alegando, em síntese:

“Da ausência de impugnação aos fundamentos do acórdão recorrido

[...]

Entretanto, as razões do recurso extraordinário alegam tão somente a nulidade do cancelamento da matrícula da impetrante em função da ausência do devido processo legal.

[...]

No caso, o acórdão recorrido está amparado em outros fundamentos suficientes para mantê-lo, quais sejam: a) o indeferimento da matrícula ocorreu devido ao número de faltas, conforme artigo 1º da Resolução nº 12/CEPE, de 19/06/2008; b) a aluna fora devidamente advertida antes do ato de cancelamento que a sua próxima reprovação por falta teria por consequência a sua desvinculação; c) a aluna demonstrou desinteresse em concluir o curso, haja vista que no período de 07 anos efetivou apenas 62 créditos de um total de 186; d) a Resolução nº 12/CEPE decorre da autonomia universitária; e) a Instituição de Ensino não pode manter ociosa vaga por tempo indefinido

[...]

Da ofensa reflexa ao texto constitucional

[...]

Dessa forma, a verificação da alegada ofensa ao devido processo legal e aos princípios do contraditório e da ampla defesa demanda análise de norma infraconstitucional consubstanciada na Resolução nº 12/CEPE, o que é inviável em recurso extraordinário.

[...]

Da observância do devido processo legal

Conforme se nota da sentença e do acórdão objeto do recurso extraordinário, o cancelamento da matrícula da impetrante não se verificou de forma sumária, sem possibilidade de defesa, o que por certo lesaria o devido processo legal.

[...]

ARE 781794 AGR / CE

Denota-se que, antes da desvinculação da impetrante, a Universidade a convocou para assinatura de termo de compromisso, no qual fora advertida a respeito das consequências de nova reprovação por falta.” (Fls. 134-136)

É o relatório.

02/08/2016

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 781.794 CEARÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): A presente irresignação não merece prosperar.

Em que pesem os argumentos expendidos no agravo, resta evidenciado das razões recursais que a agravante não trouxe nenhum argumento capaz de infirmar a decisão hostilizada, razão pela qual deve ela ser mantida, por seus próprios fundamentos.

Com efeito, consoante afirmado na decisão agravada, o Tribunal *a quo* divergiu do entendimento desta Corte, no sentido de que o cancelamento de matrícula de estudante universitário deve ser precedido do devido processo legal, com observância dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Nesse sentido, o RE 392.611, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 14/9/2010, em recurso de idêntica natureza, de cuja decisão transcrevo a ementa, *verbis*:

**“JUBILAÇÃO – ESTUDANTE – DISCIPLINA –
NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO
LEGAL – RECURSO EXTRAORDINÁRIO – NEGATIVA DE
SEGUIMENTO.”**

Registro, outrossim, os seguintes precedentes, proferidos em casos análogos: ARE 671.666, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 29/2/2012; ARE 720.232, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 26/11/2012; ARE 887.437, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 1º/6/2015 e ARE 823.108, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 5/8/2014.

ARE 781794 AGR / CE

É de se ressaltar, ainda, que a declaração de nulidade do ato de jubilação por inobservância do devido processo legal é suficiente para a concessão da segurança pleiteada na origem, de modo que não subsiste a argumentação deduzida pela parte agravante, no sentido de que o acórdão recorrido possuiria fundamentos não impugnados nas razões do recurso extraordinário.

Demais disso, diversamente do que afirma a Universidade, em suas razões de agravo, a verificação de ofensa ao devido processo legal, no caso *sub examine*, prescinde da análise de normas infraconstitucionais. De fato, o Plenário desta Corte já afirmou por inúmeras vezes, que a anulação de atos administrativos que repercutam no campo de interesses individuais do administrado deve ser precedida de processo administrativo, com observância do contraditório e da ampla defesa. Nesse sentido, confira-se o RE 594.296, Rel. Min. Dias Toffoli, Plenário, DJe de 13/2/2012, submetido ao regime da repercussão geral e julgado, quanto ao mérito, sob o Tema 138, cuja ementa transcrevo, *verbis*:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DO PODER DE AUTOTUTELA ESTATAL. REVISÃO DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO E DE QUINQUÊNIOS DE SERVIDORA PÚBLICA. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. 1. Ao Estado é facultada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados; porém, se de tais atos já decorreram efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo. 2. Ordem de revisão de contagem de tempo de serviço, de cancelamento de quinquênios e de devolução de valores tidos por indevidamente recebidos apenas pode ser imposta ao servidor depois de submetida a questão ao devido processo administrativo, em que se mostra de obrigatória observância o respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa. 3. Recurso extraordinário a que se nega provimento.”

Por fim, também não prospera a alegação de que o compromisso assinado pela aluna, com a advertência de que nova reprovação pelo

ARE 781794 AGR / CE

mesmo motivo ensejaria o cancelamento da matrícula, substituiu o devido processo legal, em que se assegura a ampla defesa e o contraditório. Nesse ponto, o acórdão recorrido expressamente afirma que o entendimento prevalente naquela Corte, “*nestes casos, é o da desnecessidade da adoção do devido processo legal*” (fls. 82).

Ex positis, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo regimental.

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 781.794

PROCED. : CEARÁ

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

AGTE.(S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

AGDO.(A/S) : INGRID BARROS PINHO

ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência do Senhor Ministro Luís Roberto Barroso. 1ª Turma, 2.8.2016.

Presidência do Senhor Ministro Luís Roberto Barroso. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Rosa Weber e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma